

Uso do crack nas metrópoles modernas: observações preliminares sobre o fenômeno em Salvador, Bahia

Esdras Cabus Moreira¹

Muitos usuários de crack descrevem um uso caótico dessa substância e uma total ruptura com o cotidiano. A compulsão ao uso da droga e o estreitamento dos seus interesses para situações apenas relacionadas à sua aquisição e consumo, os levam a perder toda a ligação com o seu grupo social anterior e a prejuízos profissionais e pessoais incomensuráveis. Todos pontuam o caráter irracional e incontrolável do comportamento de uso e a alternância entre o prazer físico e o extremo desconforto psicológico e orgânico que se sucediam antes, durante e após o consumo da droga. Um usuário atendido no Centro de Estudos e Terapias do Abuso de Drogas da Universidade Federal da Bahia (CETAD/ UFBA) referiu-se ao crack como a “droga do silêncio”, pois nada era pensado ou feito durante o seu efeito: nenhuma realidade era considerada, nenhuma culpa ou preocupação advinha no momento do seu uso – uma suspensão completa do real.

A vivência da impossibilidade do controle do uso da substância e a sua repercussão no cotidiano operam, no sujeito, uma redução às suas potencialidades físicas e ao domínio do corpo, pela negação do seu potencial produtivo. É através da negação que o usuário se coloca no mesmo registro que lhe é imposto



pelo fim do trabalho tradicional: a valorização excessiva do potencial produtivo pela interminável qualificação, física e técnica, do indivíduo, atendendo às constantes reformulações do ambiente de trabalho. Tanto na situação patológica quanto na adequação ao mercado, o corpo do indivíduo é cenário de um movimento para a objetivação e demarcação dos seus limites, quer pelo prazer excessivo e compulsivo, quer pela produtividade ininterrupta e ilimitada.

Quando Simmel (1976), no início do século passado, descreveu a atitude *blasé* dos cidadãos das grandes cidades industriais daquele tempo, ele apresentou suas idéias sobre a relação entre economia monetária, divisão do trabalho e a formação da personalidade do homem metropolitano, tanto no que se refere à sua independência individual quanto à elaboração da sua própria individualidade. A primeira seria consequência do rompimento dos vínculos de caráter político, agrário, corporativo e religioso, do séc. XVIII, e a segunda, no séc. XIX, da influência de dois elementos, o romantismo alemão, com os escritos de Goethe, e a divisão econômica do trabalho, que levaram ao ideal de distinção entre os indivíduos. A metrópole seria a arena ideal para essas transformações, concomitantemente ao desenvolvimento da economia monetária, na passagem dos modelos de produção feudal para os do capital.

A metrópole imporia ao indivíduo um fluxo enorme de impressões e variações perceptivas que só poderiam ser trabalhadas pelo intelecto e não pelas camadas mais profundas do psiquismo, apropriadas a um ritmo mais lento, regular, com pouca variação e habitual (SIMMEL, 1976). Assim, se o homem moderno fosse lidar com a rápida convergência das imagens, utilizando-se do aparato que associa sentimento e emoção ao percepto, haveria um desgaste psíquico enorme. Um fluxo dessa natureza exige a utilização de camadas mais superficiais,

mais conscientes, com maior capacidade de adaptação às mudanças frenéticas. Dessa forma, o intelecto se desenvolve e protege o que há de mais constante e contínuo associado a hábitos e costumes mais duradouros: “a intelectualidade, assim, se destina a preservar a vida subjetiva contra o poder avassalador da vida metropolitana” (SIMMEL, 1976, p. 13).

Ao estimular o desenvolvimento do intelecto, das operações lógicas, que tendem ao distanciamento das considerações subjetivas do indivíduo, nos aproximaríamos do domínio da economia monetária. O dinheiro opera a redução de toda variação subjetiva e individual ao valor monetário e, do mesmo modo, as re-ações racionais tendem a perceber o homem como um número. O seu ideal é a tradução do comportamento em relações objetivas e mensuráveis. Tal desenvolvimento favorece o prosaico das relações entre as partes que negociam no mercado, tentando uma redução do imponderável relacionado às relações pessoais. Essa atitude prosaicista está, fortemente, relacionada à economia do dinheiro que domina a metrópole.

Ainda como consequência dessa realidade, o indivíduo, para não ser substituído por outro, tende a buscar algo que o faça único, diferente, que intensifique sua individualidade e especialização, em uma dinâmica que leva a formas mais específicas de traços psíquicos e de comportamento, quanto maior o tamanho da cidade e o grau de consolidação da economia monetária. As aparições sociais do indivíduo são marcadas pela necessidade de impor a sua diferença, de imediato, pela rapidez dos contatos, levando-o a um comportamento assustadoramente individualizado pois a metrópole e a divisão econômica do trabalho exigem dele um espírito objetivo, pouco ambíguo, definido e claro levando a um retrocesso na espiritualidade, na delicadeza e no idealismo do sujeito.

A análise brilhante de Simmel (1976) é, ainda, muito esclarecedora, em nossos dias, mas, muitos dos aspectos do consumo do *crack* permitem um paralelo com modificações culturais próprias do período atual, caracterizado pela aglutinação de formas diferentes de análise de tendências para a formação de um gênero discursivo que foi chamado de teoria do pós-modernismo. Não é possível considerar, entretanto, o pós-modernismo como uma ordem social totalmente nova; ao contrário, ele é um aspecto e reflexo de mais uma modificação do capitalismo, o capitalismo tardio, como acredita Jameson (1997). A atual fase do capitalismo traria uma nova divisão internacional do trabalho, uma dinâmica intensa das transações bancárias internacionais, o deslocamento da produção para áreas desenvolvidas do Terceiro Mundo e a crise no trabalho tradicional que envolve aspectos profundos da nova ordem.

No início do século XX, o capitalismo social, analisado por Weber (SENNETT, 2006), com seu sistema de hierarquia e meritocracia, deixa de funcionar e o trabalho passa a sofrer uma flexibilidade nunca antes vista. As pessoas temem a migração dos empregos pelo planeta e a automação, que aumenta a produtividade e reduz os empregos, como, também, torna a produção mais flexível à demanda do mercado. Com isso, temos a necessidade de constante capacitação dos trabalhadores para a adequação às novas tecnologias e às mudanças nas linhas de produção, cada vez mais flexíveis. Em decorrência disso, o que se passa a considerar importante no trabalhador, não é a sua experiência, a sua profundidade no lidar com processos específicos, mas o seu potencial de adaptação às novas tecnologias, o que reflete, em tudo, uma sociedade na qual as próprias relações se superficializam e a profundidade nas coisas é substituída por um fluxo rápido de processos e novidades.

E chegamos, assim, ao que Sennett (2006) chama de “o fantasma da inutilidade”, o que, para nós, significa o fantasma da necessidade de superarmos a nós mesmos, todo o tempo, numa insana busca de exceder a expectativa que o outro possa ter de nós. Um individualismo ainda mais fragmentado do que o descrito por Simmel e que, é importante que se saliente, em uma sociedade totalmente desprovida da capacidade de responder à incessante estimulação do potencial, cria sujeitos em completa distonia com o contexto, pessoas que se percebem desprovidas de recursos para lidar com essa dinâmica de produção e cujos corpos sem potencial são abandonados à sorte.

A sociedade das capacitações poderia estar criando barreiras intransponíveis aos olhos dos excluídos, reais ou imaginárias. Perdemos toda a possibilidade, na comparação com o outro, de buscar forças para a revolução do social, pois a diferença é tida como impossibilidade do indivíduo e do seu corpo, cada vez mais colocado na ordem do social: através dele é que se dá a inserção e, por ele, uma radical expulsão do paraíso. O vínculo social profundo e trabalhado ao longo de anos de existência do indivíduo cede lugar a uma rede superficial de pequenas demandas e identificações passageiras com novos produtos e novas relações sociais, que se sucedem num fluxo incessante e extremamente solitário. Na realidade, um vínculo tão fragmentado e ruidoso com as coisas do mundo que leva à difusão do sujeito em pequenos atos diários.

Logo, não é de causar espanto que novas substâncias que suspendam, temporariamente, existências tão segmentadas, tomem as ruas das grandes metrópoles, local de maior expressão do vazio material e espiritual do consumo. O prazer do *crack* centraliza e interfere com o ruído, restituindo ao sujeito um silêncio, ao identificá-lo com o efeito avassalador da droga: um indivíduo que resiste a sua difusão nas estratégias

mercadológicas. É preciso ver, no usuário do crack, não a contradição dialética de um capitalismo expropriador do sujeito, mas uma realidade completamente outra, resultante da mais completa cisão entre o seu potencial como indivíduo e as necessidades do mercado. A contradição dá lugar à antinomia.

Quando Jameson (2004) sugere que a antinomia seria um sintoma da contradição, podemos entender muito da sutileza que envolve nosso problema. A antinomia afirma duas proposições que são, radical e absolutamente, incompatíveis; já na contradição, o esforço de avaliação do que é contraditório nos leva a vê-las como relacionadas. Quando a contradição é tal que se congela na sua representação, nos aproximamos da antinomia. Aqui temos algo de magnífico para o entendimento da realidade em questão. O jovem usuário, pelas condições sociais que ante-cedem e são exacerbadas pelo uso da substância, estabelece uma ruptura tão profunda com o seu cotidiano, com a possibilidade de inserção produtiva na sociedade, que deixa mesmo de representar a contradição gerada pelas dinâmicas do capital e assume uma existência que, na sua extrema inadequação, não questiona o sistema, mas ratifica a sua existência como a única coisa possível.

Susan Willis (2006), no seu *Logics of Guantanamo*, ao analisar a função dessa base americana em Cuba para justificar novas formas de estruturação da sociedade americana, esclarece tal relação citando a cidade de Ornelas, descrita no livro de ficção de Ursula LeGuin, no qual uma criança esquelética e nua é mantida em uma cela escura no centro da cidade: todos sabem que ela está lá e todos, também, sabem que a felicidade, a beleza da cidade, o carinho entre seus cidadãos dependem da abominável miséria da criança. Para ela, o mesmo se dá com os prisioneiros de Guantanamo, que são reduzidos aos seus corpos, sem direito a julgamento ou cidadania, mas que revelam e alimentam as ações de um Estado, numa zona que não é a da lei nem da anarquia. Um estado de exceção é imposto com a justificativa de proteger uma constituição que, em parte, renuncia. São essas antinomias da pós-modernidade - que, para nós, são ainda contradições engessadas por uma ótica superficial do momento - que definem o comportamento dos usuários de *crack*. Uma droga do silêncio é, também, uma droga que leva a um comportamento destituído de lugar, mas não de função, como a

criança miserável no centro de Ornelas.

Para Ernst Bloch (2006), a esperança é um sonho que não permite a renúncia. A desesperança é insustentável para o humano. Onde houver um sentido de resistência, há o humano. A incapacidade de mudança é o que nos oferece o capitalismo atual, a falsa idéia de que a história termina aqui, de já não termos a capacidade de transpassar a realidade atual. Esse pensamento deixaria o usuário no seu confinamento e no seu rígido papel de representação em negativo de uma sociedade próxima da sua definição natural, cósmica, levada a cabo pelo modo de produção capitalista. Bloch pensa o contrário, que há uma possibilidade da migração do humano para dentro do cristal que representa a intelectualidade humana e a sua busca de sintonia com o cosmo:

A arquitetura como um todo é e continua sendo uma tentativa de produção da terra-mãe humana – da finalidade posta de moradia até o surgimento de um mundo mais belo na proporcionalidade e na ornamentação. (BLOCH, 2006, p. 297).

O discurso de um dos usuários entrevistados sobre seu ir-mão nos revela essa migração do orgânico para dentro do cristal. Marcos (nome fictício) é usuário de álcool e maconha e gasta todo o seu dinheiro no jogo. Quando entrevistado, mostra preocupação com seu irmão, usuário de *crack*, ambos moradores de um bairro com intenso tráfico de drogas e de violência, tanto do



Estado como dos traficantes. Marcos diz trabalhar como porteiro em frente a um local de tráfico. Vê o movimento e o chefe local do comércio ilegal e imagina como seria difícil para ele ver seu irmão sendo morto, por dívida de droga, por aquele homem:

– ...não poderia viver com isso, ele tem que procurar ajuda. Ele é uma pessoa muito boa e carinhosa, mas se mete com isso. Não quero nada para mim, quero que ele possa parar com isso. O lugar é difícil, morre muita gente lá, relata.

Uma carência de suporte comunitário e do Estado. Uma carência de suporte econômico. Um cristal que se forma e se congela, muitas vezes, nas inúmeras histórias de que ouvimos falar, todo dia, na mídia. Jovens violentos e sem rumo, perdidos para o tráfico e para a criminalidade.

Na entrevista seguinte, leva seu irmão e os dois trocam carinho e afeto intensos no seu gestual, nas brincadeiras mútuas, nas críticas que Marcos faz do seu irmão, na frente do médico, em um momento de extrema afetividade e cuidado de dois jovens envolvidos em uma realidade tão difícil e rígida. Observamos que, através dessa relação, ao mesmo tempo íntima e universal, o suposto confinamento social dá lugar a algo de orgânico, um orgânico que dá ao cristal seu ornamento, seu elemento utópico; uma esperança consciente que penetra no medo e na ansiedade, mostrando a natureza inconclusa do mundo e das coisas.

Notas

¹ Psiquiatra. Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD/UFBA); Mestre em Saúde Coletiva - Instituto de Saúde Coletiva (ISC). Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade John Hopkins. Doutorando do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFBA.

Referências

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2003.

BLOCH, E. **O princípio esperança**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. v. 2.

DAVIS, M. **Planet of Slums**. London: Verso, 2006.

JAMESON, F. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2004.

JAMESON, F. **As sementes do tempo**. São Paulo: Ática, 1997.

SENNETT, R. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O.G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WILLIS, S. Logics of Guantanamo. **New Left Review**, May/June, 2006. p. 123-311.

||
—

||
—

—
||

—
||

